

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Assurance Services Ltda.
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

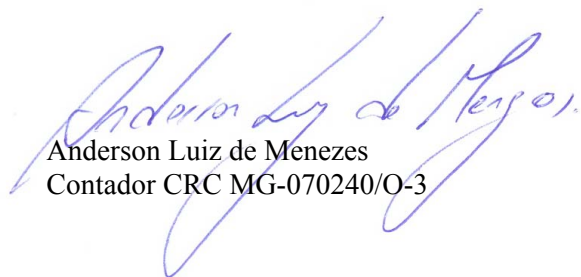
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Companhia mantém registrado a título de adiantamento a fornecedor no ativo não circulante o montante de R\$1.906, cujo contrato foi rescindido e a recuperabilidade desse montante vem sendo discutida com a seguradora contratada à época da operação. No entanto, nossos procedimentos revelaram a necessidade de constituição de provisão a valor recuperável em igual montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, considerando as premissas e exigências apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estavam superavaliados naquele valor e, assim, a comparabilidade dos saldos está comprometida. Ademais, a posição patrimonial e financeira, o desempenho operacional e os fluxos de caixa das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 não são afetadas por essa ressalva.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo efeito sobre os valores correspondentes do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 25 de março de 2015

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O-4 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.518	7.403	Financiamentos	9	53.045	6.143
Contas a receber	5	125	-	Fornecedores a pagar		999	423
Estoques		48	-	Encargos tributários		73	33
Outros ativos	6	130	104	Encargos trabalhistas		211	20
				Retenções contratuais		833	-
Total do ativo circulante		4.821	7.507	Total do passivo circulante		55.161	6.619
				Patrimônio líquido	12		
Outras contas a receber	7	1.906	1.906	Capital social		53.412	19.412
Imobilizado	8	100.294	16.157	Prejuízo acumulado		(1.552)	(461)
Total do ativo não circulante		102.200	18.063	Total do patrimônio líquido		51.860	18.951
Total do ativo		107.021	25.570	Total do passivo e patrimônio líquido		107.021	25.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstração de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Despesas administrativas	14	(1.244)	(477)
Outras receitas	13	<u>120</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas e impostos		(1.124)	(477)
Receitas financeiras	14	<u>33</u>	<u>209</u>
Resultado do exercício		<u>(1.091)</u>	<u>(268)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(1.091)	(268)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(1.091)</u>	<u>(268)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.412	(193)	5.219
Contribuições e distribuições para os acionistas			
Emissão de ações ordinárias	14.000		14.000
Resultado do exercício	<u> </u>	<u>(268)</u>	<u>(268)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>19.412</u>	<u>(461)</u>	<u>18.951</u>
Contribuições e distribuições para os acionistas			
Emissão de ações ordinárias	34.000		34.000
Resultado do exercício	<u> </u>	<u>(1.091)</u>	<u>(1.091)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>53.412</u>	<u>(1.552)</u>	<u>51.860</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.091)	(268)
Ajustes para:		
Depreciação	14	7
	<u>(1.077)</u>	<u>(261)</u>
Variações em:		
Aumento de contas a receber	(125)	-
Aumento de estoques e outros ativos	(74)	(1.947)
Aumento dos fornecedores a pagar e outros passivos	1.088	363
	<u>(188)</u>	<u>(1.845)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		
	<u>(188)</u>	<u>(1.845)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(83.599)	(13.609)
	<u>(83.599)</u>	<u>(13.609)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		
	<u>(83.599)</u>	<u>(13.609)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	34.000	14.000
Recursos provenientes de novos financiamentos	60.964	6.143
Custos de transação relacionados a financiamentos	(637)	-
Pagamento de financiamentos	(13.425)	-
	<u>80.902</u>	<u>20.143</u>
Caixa proveniente de atividades de financiamento		
	<u>80.902</u>	<u>20.143</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.885)</u>	<u>4.689</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.403	2.714
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>4.518</u>	<u>7.403</u>
Aumnto (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.885)</u>	<u>4.689</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A., sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, Ceará, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina, CE tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a central geradora eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da central geradora eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A EOL Malhadinha I, propriedade da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A., vendeu 12 MW no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL

A Servtec Investimento e Participações Ltda. (“Servtec”) e a Rio Bravo Energia I Fundo de Investimento em Participações (“FIP Energia I”), por meio da Brave Winds Geradora II S.A., são os acionistas (“Acionistas”) da GEBVS I, com 50,00% cada uma.

Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de Apto para Operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária. Foi publicado em 09 de fevereiro de 2015 no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Sociedade como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014

a. Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, com potência instalada de 23,1 MW. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da Respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012

Em 12 de setembro de 2013, a Companhia protocolou na ANEEL Pedido de Alteração de Outorga devido à alteração no fornecedor do aerogerador.

Em 06 de maio de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa No. 4.652 autorizando a alteração das características técnicas do projeto.

b. Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final do contrato
EOL Malhadinha I	105.120	98,95	01/07/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

O contrato de venda de energia prevê a composição dos rendimentos em receita fixa mensal, receita variável e receita antecipada, conforme comentado na nota 5.

Em 26 de julho de 2013, a Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. enviou à ANEEL pedido de postergação do início de Operação Comercial em virtude de ações atribuíveis a terceiros, tais como atrasos na emissão da Licença Ambiental, na obtenção do REIDI e na assinatura do Contrato de Energia de Reserva (CER).

Em 03 de junho de 2014, a ANEEL emitiu o despacho 1.732 de 03 de junho de 2014 indeferindo o pedido da Companhia de alteração do cronograma de implantação da CGE - EOL Malhadinha I. No entanto, não há ônus para a Companhia e há precedentes favoráveis quanto ao atraso no CER, assim, a Companhia irá rever a decisão da ANEEL.

c. Custo de implantação

O custo total do projeto está previsto em R\$ 126,4 mil, e os recursos necessários para a conclusão do empreendimento estão previstos para serem originados das seguintes fontes:

Origem	Valor (mil)	%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	39,8	31,5%
Recursos próprios	73,5	58,1%
Debêntures incentivadas	11,6	9,2%
Receita financeira	1,5	1,2%
	126,4	100,0%

Em 20 de março de 2012, o projeto foi enquadrado para análise da viabilidade do apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade Project Finance. Entretanto, devido à alteração no fornecedor dos aerogeradores e da consequente alteração na modalidade de contratação de *full* EPC para contratação de fornecimento dos aerogeradores e BOP civil e eletromecânico, foi necessária a solicitação de novo enquadramento.

Em 7 de janeiro de 2014, o BNDES enquadrou novamente o projeto já considerando os contratos vigentes para implantação do parque eólico.

d. Outros aspectos relevantes

REIDI

Com relação aos tributos de competência federal, o Projeto está enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando suas aquisições de bens do ativo e contratações de serviços do PIS-Importação e da COFINS-Importação, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao Projeto.

Enquadramento do projeto como prioritário

Em 5 de dezembro de 2013, foi publicado no DOU a Portaria nº 425 emitida pelo MME aprovando como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha 1, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Regime Especial de Tributação

Em 4 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 03 de dezembro de 2014 reconhecendo a opção da Companhia pelo Regime Especial de Tributação relativamente à contribuição para o Pis/Pasep e para a Cofins.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque.

A emissão da Licença de Instalação (“LI”) do Parque foi emitida em 24 de outubro de 2013. Em 22 de agosto de 2013, foi emitida a Licença de Instalação nº 167/2013 da Linha de Transmissão do parque com validade até 21 de agosto de 2016.

Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (“SEMACE”), emitiu as Licenças de Operação do Parque (no. 314/2014) e da Linha de transmissão (no. 310/2014).

e. Administração e governança

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato até a Reunião de Conselho que delibere sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Quando existentes, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo.

(iii) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Quando existentes, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber.

(iv) Passivos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(v) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo quando aplicável.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os itens referentes a imobilizado em construção e/ou em andamento que ainda não constam em operação foram registrados como ativo.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos e processamento de dados	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	12,5 anos
Torres anemométricas	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Até 31/12/2014, a Companhia estava dependendo do sistema de transmissão para testes dos aerogeradores e, conseqüente, início da operação comercial. Como a Companhia ainda não opera comercialmente o início da depreciação do parque eólico não foi iniciado.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, os quais são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

e. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e contraprestação contingente.

As despesas e as receitas que são atribuíveis a um ativo qualificável são apropriadas ao próprio ativo.

f. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

g. *Novas normas e interpretações ainda não adotadas*

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Bancos - conta movimento	10	1
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	4.508	7.402
	4.518	7.403

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em Reais, com remuneração fixada em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, sem ônus para a Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

5 Contas a receber

	2014	2013
Receita Retida - CCEE (i)	6.169	
Ressarcimento a pagar - CCEE (ii)	(6.044)	
Valor líquido a receber	125	-

- (i) A Companhia tem direito a recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada conforme descrito na nota 1.b. O efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial da usina ou até a emissão do Despacho de Apto para operar pela ANEEL. A receita retida refere-se à receita durante o período de atraso no suprimento de julho/14 a dezembro/14.
- (ii) O ressarcimento a pagar - CCEE representa o valor a pagar por conta de desvios negativos de geração (nos casos em que o saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA extrapolar o limite da FAIXA DA TOLERÂNCIA), ao final de cada ano contratual. O ressarcimento deverá ser feito mediante compensação ou pagamento em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, devendo os recursos financeiros advindos desse ressarcimento serem destinados à CONER.

Considerando a cláusula 5.6 do contrato de Energia de Reserva que prevê que as partes promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos de forma conjunta, incluindo receita de venda e ressarcimento a pagar e que a Companhia dispõe de um direito legalmente executável para liquidar o montante líquido, bem como a intenção de fazê-lo, e apresenta em seus fluxos de caixa futuro um único montante líquido a receber a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras apenas a receita já compensada com as obrigações desse contrato, como outras receitas.

6 Outros ativos

Do montante de R\$130 (em 2013 no montante de R\$104) registrados a título de outros ativos a receber, R\$91 referem-se a imposto de renda retido na fonte que será recuperável em períodos futuros, R\$28 referem-se a seguros referente a responsabilidade civil, adimplemento de fornecedores, risco de engenharia e seguro de vida em grupo que é apropriado no resultado de acordo com o período de vigência e competência e R\$11 refere-se a outros valores pulverizados.

7 Outras contas a receber

O valor de R\$ 1.906 (R\$ 1.906 em 2013), registrado no ativo não circulante, refere-se a adiantamento realizado a fornecedor, cujo contrato foi rescindido, e a recuperabilidade do valor vem sendo discutida pela Diretoria da Companhia. Neste contexto, uma provisão para perdas não foi constituída, uma vez que a negativa da Seguradora para indenização do adiantamento, segundo a Administração da Companhia, não está em consonância com os termos do contrato do seguro e/ou com as regras dessa espécie contratual insertas no Código Civil. Dessa forma, a Administração, com base em opinião de especialista do setor securitário e apoiada em parecer de seus consultores jurídicos, considera provável o recebimento da mencionada quantia em procedimento judicial, caso as tratativas em curso para solução amigável não prosperem. Mais detalhes sobre a exposição dos risco estão divulgados na Nota Explicativa nº 17.

8 Ativo imobilizado

Em 2013, a Companhia iniciou a construção da Central Geradora Eólica - EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$ 100.294 (2013: R\$ 16.157). Incluídos neste valor estão capitalizados os custos de financiamentos durante a fase de construção.

A Companhia capitalizou os custos de financiamentos como parte do custo de ativo qualificável na data de início, sendo esta a data em que a Companhia satisfaz às seguintes condições:

- (a) incorreu em gastos com o ativo;
- (b) incorreu em custos de financiamentos; e
- (c) iniciou as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso pretendido.

Os custos de financiamentos foram atribuíveis diretamente à aquisição e, à construção do ativo qualificável.

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012	Adição	2013	Adição/ reclassificação	2014
Máquinas e equipamentos	-	4	4	-	4
Equipamentos e processamentos de dados	-	11	11	7	18
Moveis e utensílios	-	21	21	-	21
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	31	31	2	33
Torres anemométricas	-	131	131	-	131
Direito de uso de software	-	-	-	1	1
Imobilizado em operação	-	198	198	10	208
Construção em andamento	958	2.051	3.009	17.750	20.759
Adiantamento para inversões fixas	683	9.801	10.484	(8.335)	2.149
Linha de Transmissão	-	-	-	1.178	1.178
Subestação em andamento	-	-	-	1.722	1.722
Equipamento em andamento	-	-	-	62.848	62.848
Montagem eletromecânica em andamento	-	-	-	3.022	3.022
Custos na fase de implantação	914	1.559	2.473	5.956	8.429
Imobilizado em andamento	2.555	13.411	15.966	84.141	100.107
Depreciação	-	(7)	(7)	(14)	(21)
Depreciação Acumulada	-	(7)	(7)	(14)	(21)
Total	2.555	13.602	16.157	84.137	100.294

No ano de 2014, ocorreu o início da entrega do fornecimento de 11 aerogeradores modelo AGW 110-2.1 MW, rotor de 110 metros e torre de 80 metros, que haviam sido já efetuados pagamento no ano de calendário de 2013 de R\$8.335 que foram reclassificados para a conta de equipamento em andamento.

9 Financiamentos

A Companhia possui financiamentos junto ao Banco Indusval e BNDES com o fim de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento pode ser apresentado em 31 de dezembro de 2014:

Posição em 31/12/2014						
Operação	Indexador	Juros (a.a.)	Contratação	Vencimento	Valor Principal	Saldo Devedor
CCB - Indusval	CDI	3,04%	21/10/2013	23/01/2015	6.000	6.174
CCB - Indusval ¹	CDI	3,04%	31/03/2014	23/01/2015	13.000	13.477
BNDES	TJLP	2,40%	29/07/2014	15/08/2015	33.000	34.030
Custo Captação (-) ²	-	-	-	-	-	(637)
Total					R\$ 52.000	R\$ 53.045

1. Em janeiro de 2015 a data de vencimento desse contrato foi renegociada para 23 de julho de 2015 com uma nova taxa de 3,66%.
2. Refere-se a custo da transação para captação do recurso junto ao BNDES que será apropriado ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos .

Posição em 31/12/2013						
Endividamento	Indexador	Juros (a.a.)	Contratação	Vencimento	Vlr. Principal	Saldo Dev.
CCB - Indusval	100% CDI	3,05%	21/10/2013	16/10/2014	6.000	6.143
Total	-	-		-	6.000	6.143

Como garantia dos empréstimos do Indusval, o sócio Servtec Investimentos e Participações Ltda. ofereceu fiança no valor de 50% da dívida, e o acionista Brave Winds Geradora II S.A. e a Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações assinaram um Equity Support Agreement (ESA), a fim de garantir os outros 50% da dívida.

As obrigações decorrentes do contrato com o BNDES foram garantidas por fiança bancária válida até 22 de outubro de 2015.

10 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía causas cíveis, tributárias ou trabalhistas, que deveriam ser provisionadas, bem como causas cujo prognóstico de perda fosse considerável possível e que deveriam ser divulgadas.

11 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 1.552 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 461). Em face do momento não operacional da Companhia e da inexistência de histórico de rentabilidade nas operações sociais, não foi registrado contabilmente crédito de tributos diferidos.

12 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia é composto por 113.580 ações que correspondem a R\$ 53.412 (39.626 ações em 2013 que correspondem a R\$ 19.412). Em 2014, ocorreram aumento de capital com emissões de ações ordinárias que podem ser assim apresentadas:

Data da Ata	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital
20/06/2014	8.582	4.000
06/10/2014	65.372	30.000
Total	113.580	34.000

Cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A propriedade das ações comprovar-se-á pelo registro na conta de depósito das ações da Companhia, aberta em nome dos acionistas nos livros de instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e designada pelos acionistas.

Qualquer transferência das ações será feita nos termos de eventual Acordo de Acionistas, mediante lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações de alienante e a crédito da conta de ações do adquirente de tais ações. A venda, a oneração ou a alienação por qualquer forma de ações, direitos de preferência à subscrição de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações vinculam-se e estão sujeitas aos termos e às condições previstos na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas.

Política de dividendos e reservas

Do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:

- (i) Haverá destinação para a constituição de reserva legal prevista na legislação aplicável.
- (ii) Do lucro remanescente, após as deduções e destinações do item (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.
- (iii) Ao saldo ainda remanescente será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração poderá propor para ratificação em Assembleia Geral o pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente, que será considerado para todos os fins no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

13 Outras receitas

	2014	2013
Outras receitas	125	
Outras despesas	(5)	
Outras receitas, líquido	<u>120</u>	<u>-</u>

A receita é referente à receita fixa mensal do contrato de venda de energia conforme mencionado na nota 5.

14 Despesas administrativas

	2014	2013
Gastos com pessoal	720	216
Serviços de terceiros	272	152
Gastos de infraestrutura	62	22
Despesas de viagem	54	11
Publicações	33	33
Associação de classe	21	-
Depreciação	14	7
Outras despesas administrativas	69	36
Total	<u>1.244</u>	<u>477</u>

15 Receitas financeiras

As receitas financeiras são referentes às aplicações financeiras realizadas em bancos de primeira linha e são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

16 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração foi de R\$618 (R\$ 284 em 2013).

b. Outras transações com partes relacionadas

	2014	2013
<i>Ativo imobilizado</i>		
Servtec Investimentos e Participações	-	10
Servtec Energia do Amazonas Ltda.	-	651
Servtec Desenvolvimento Ltda. (i)	689	-
<i>Despesas administrativas</i>		
Rio Bravo Investimentos Ltda. (ii)	5	-
Rio Bravo Project Finance Asses. Emp. Ltda. (ii)	2	103
Total	<u>696</u>	<u>764</u>

Todas as transações com partes relacionadas são precificadas com base em condições acordadas entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano em curso ou ano anterior para dívidas incobráveis ou duvidosas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

- (i) Os valores pagos à Servtec Desenvolvimento Ltda referem-se a serviços de Engenharia prestados por parte relacionada a Companhia e registrados em contra partida ao ativo imobilizado.
- (ii) Os valores pagos à Rio Bravo Investimentos Ltda e Rio Bravo Project Finance referem-se à reembolso de despesas e foram contabilizadas no resultado como despesa administrativa.

17 Gerenciamento dos riscos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valores 2014		Valores 2013	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativos				
Bancos e aplicações	4.518	4.518	7.403	7.403
Clientes	125	125	-	-
Estoques	48	48	-	-
Outras contas a receber	1.906	1.906	1.906	1.906
Outros ativos	130	130	104	104
Passivos				
Empréstimos	53.045	53.045	6.143	6.143
Fornecedores	999	999	423	423
Outras obrigações	1.117	1.117	53	53

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) *Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações*

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras a curto prazo (*)	31/12/2014	31/12/2013
AAA (bra)	4.518	7.403

(*) Conforme classificação de *rating* pela agência de risco Fitch Rating.

(ii) *Outras contas a receber*

A Companhia possui saldo a receber descrito na nota 7 referente a um adiantamento a fornecedor assegurado por garantia securitária. Esse contrato foi rescindido, segundo a Administração, devido ao descumprimento contratual do fornecedor. Após a rescisão contratual, a Administração requereu a garantia, na qual a seguradora recusou a pagar a indenização. A Companhia encontra-se em fase de cobrança amigável com perspectivas positivas de acordo com consultores jurídicos e securitários.

	31/12/2014	31/12/2013
Outras contas a receber	1.906	1.906

Risco de liquidez

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>A vencer em até 1 ano</u>		<u>Totais</u>	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos	53.045	6.143	53.045	6.143
Fornecedores e outras obrigações	2.116	476	2.116	476
Totais	55.161	6.619	55.161	6.619

Risco de mercado

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

18 Evento subsequente

Em 09 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou o despacho autorizando a usina como Apto para Operar a partir de 30 de dezembro de 2014.

A CCB junto ao Banco Indusval no valor de R\$ 13 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2015, foi prorrogada para 23 de julho de 2015 conforme comentado na nota 9.

Diretoria

Fabiana Diogenes

Paulo Granziera

Conselho de Administração

Pedro Cunha Fiuza

Fabio Okamoto

Cláudio de Araújo Ferreira

Nelson Magalhães Graça

Cid Alvim Lopes Resende

Lauro Fiuza Junior

Silvio Torquato Junqueira Filho

Wilson Roberto de Melo

Contadora

Gizele Martins Ramos
CRC SP MG 066.291/O-6